



Imprimido em 10-12-2014 19:16:28
Jornal o interior
Versão original em:<http://www.ointerior.pt/index.asp?idEdicao=419&id=18373&idSeccao=4959&Action=noticia>

SECÇÃO: [Opinião](#)

Sustentabilidade

Pelo carácter algo vago e "globalista" este paradigma tem sido objecto de reflexão e investigação segundo diversas vertentes por vezes divergentes tanto em conteúdo como na sua aplicabilidade em políticas e estratégias de planeamento e gestão. Aliás esta vertente vaga e global, constitui segundo Jacobs (1986), por si só, um mundo de conceptualização inovador, que por este seu carácter atrai novos aderentes dado o seu conteúdo aberto que suscita a investigação para a resolução de um vasto leque de problemas.

Os conceitos de "Património" e "Turismo" apresentados no seminário intitulado "Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável" realizado a 26 de Outubro nas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda, pela Planicôa, tentou apresentar uma visão abrangente e a meu ver extremamente interessante do que é este paradigma e de como este pode influenciar ou se deve interligar a sectores tão diversos como o "turismo e o seu produto" ou à "democratização do património".

Com uma visão global e integrada dos problemas, tanto ao nível social, económico como ambiental, os temas abordados, colocaram a tónica na necessidade de promover uma gestão equilibrada dos recursos, utilizando as possibilidades que a tecnologia actual nos oferece.

Abordando com especial ênfase o centro do país e em particular a Serra da Estrela, o debate apresentou aos poucos participantes, como o património e o turismo se podem e devem interligar na construção de um desenvolvimento sustentável, pondo de parte visões demasiado sectoriais e limitadoras da verdadeira potencialidade de um território.

Ficaram na mesa ideias como:

- A necessidade cada vez mais premente de apresentar a Serra da Estrela não apenas como um produto turístico, mas sim como um destino turístico, pelo seu património natural, cultural e social associado a uma procura cada vez maior de qualidade e diversidade.
- A necessária avaliação dos novos comportamentos do turista, cada vez mais exigente e esclarecido quanto ao que pretende visitar e com que qualidade ou grau de pormenor o pretende fazer.
- A apetência cada vez maior por produtos de dimensão cultural e ambiental de um "lugar" na procura de vivências intensas, emotivas e irracionais.
- A necessária qualificação de empresários e de técnicos com débeis noções de património e de turismo sustentável.
- A falta de articulação entre os vários organismos que gerem este território não segundo uma hierarquia de responsabilidades mas sim segundo interesses individuais, o que demonstra a constante incapacidade de "ler" um território.
- A necessária democratização do património para total fruição dos bens culturais no seu contexto, nas suas dimensões imateriais, na escala de intervenção, no seu crescimento ou plasticidade.
- A necessidade de estabelecer e fortalecer a relação entre os cidadãos e o património através da sua participação na protecção, valorização, responsabilização e reconhecimento, como um valor único inimitável.
- A participação de cada um de nós seja de um modo mais interventivo ou não é importante. A pouca adesão a iniciativas como esta, numa região que se diz em crise por falta de oportunidades é uma amostra da falta de empenhamento ou de interesse na "mudança". Devemos ser mais participativos e informados pois só assim podemos exigir melhores condições!

Por último gostaria de deixar bem presente ao leitor o que representa o "desenvolvimento sustentável", desmistificando um conceito fundamental nos discursos contemporâneos:

O conceito de "desenvolvimento sustentável", inicialmente apresentado em 1980 pelo IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais) onde pela primeira vez se integraram princípios ecológicos e económicos no estabelecimento de políticas de desenvolvimento, só mais tarde foi desenvolvido e divulgado no Relatório de Brundtland (1987), intitulado "Our common future", no qual, segundo Gardner & Stern (1996) ou G. Miller (1994) se incluíam componentes como solidariedade e equidade no desenvolvimento das necessidades do presente, sem comprometer as futuras gerações. Em 1992 surge uma nova dimensão social e política na conferência do Rio de Janeiro contribuindo para o desenvolvimento de uma nova vertente – a participação pública e co-responsabilização dos agentes institucionais na sua prossecução. Desta conferência resultaram alguns documentos importantes dos quais se destaca a Agenda 21. Este documento introduzia pela primeira vez um plano global de acção para o desenvolvimento sustentável, virado para as autoridades locais. A partir deste momento multiplicaram-se as iniciativas, acções e programas que estabeleciam as linhas guia para o desenvolvimento sustentável. Cada vez mais se reforçavam as acções locais e regionais e a "Aalborg Charter", conferência realizada pela ICLEI em 1994 é uma prova disso. Desta conferência e sua campanha informativa surge a designada como "Local Agenda 21", implementada em toda a Europa com o intuito de promover políticas cooperativas entre governantes locais e sociedade civil para a necessidade de participação e envolvimento em projectos de acção a longo prazo e à escala local.

Ao longo dos anos o conceito de sustentabilidade, torna-se fundamental no discurso e acção política, dada a implicação que os novos conceitos retiveram nos diversos sectores e no modo de uso do solo e da paisagem, seja ao nível local, regional, europeu ou global.

Por: Carla Madeira

© 2009 [Jornal o interior](#) - Produzido por [ardina.com](#), um produto da [Dom Digital](#).
Comentários sobre o site: webmaster@domdigital.pt.

[Fechar](#)